

SETOR ENERGÉTICO

Corte na Aneel expõe crise elétrica

Agência reguladora enfrenta sucessivos contingenciamentos, que comprometem fiscalização e resposta a apagões. Autarquia dispensará 15% da força de trabalho a partir de 1º de julho e reduzirá o horário de funcionamento e o atendimento presencial

» RAFAELA GONÇALVES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na última semana a demissão de 145 funcionários terceirizados a partir de 1º de julho. A dispensa é equivalente a 15% da força de trabalho do órgão, que conta, atualmente, com 552 servidores efetivos e 487 funcionários terceirizados. A situação expõe a crise enfrentada pelas agências reguladoras no país. Mesmo sendo uma autarquia estratégica para o funcionamento do setor elétrico brasileiro, a Aneel, assim como outras agências, vem enfrentando sucessivos contingenciamentos orçamentários nos últimos anos, o que tem comprometido a capacidade de atuação e levando ao sucateamento dos órgãos de regulação.

“O corte orçamentário obrigará, de forma mais triste, o ajuste dos nossos contratos de terceirização com redução de mais de 140 postos de trabalho. Hoje, o trabalho exercido por estes colaboradores tem sido fundamental para a manutenção das nossas atividades”, disse o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa.

O orçamento aprovado para 2025 era de R\$ 155,64 milhões para a Aneel. No entanto, com a edição do decreto presidencial em maio, houve nova tesourada de R\$ 38,62 milhões, o equivalente a 25% dos recursos da instituição, reduzindo o orçamento efetivo para R\$ 117,01 milhões.

A partir de 1º de julho, o horário de funcionamento do órgão será reduzido para o período das 8h às 14h. Devido à falta de recursos, a agência informou que interromperá o atendimento humano da Ouvidoria, reduzirá drasticamente as atividades de fiscalização e deixará de oferecer uma série de serviços.

O impacto imediato das demissões tem dois aspectos centrais, segundo o especialista em direito de energia Urias Martiniano, sócio do Urias Martiniano Advogados. “Quando eu reduzo de forma drástica o orçamento da Aneel, impacto diretamente as atividades frequentes da agência, que já sofre com a sobrecarga de pedidos administrativos por falta de mão de obra. E, além disso, comprometo o avanço da regulação setorial”, apontou.

Além dos prejuízos para agentes do setor elétrico, os consumidores também devem sentir diretamente os efeitos dos cortes orçamentários. Em casos de crise, como os apagões que ocorreram em São Paulo em 2023 e 2024, os efeitos podem ser ainda mais drásticos, conforme destacou o advogado. “Já existe um corpo técnico limitado. Com o fim dos contratos de terceirizados, essa força de trabalho será ainda mais reduzida. Soma-se a isso a diminuição da carga horária, e o efeito final é um enfraquecimento claro da atuação da agência. Isso é muito negativo.”

O engenheiro elétrico do Instituto Ilumina, Roberto D’Araújo, fez uma comparação com o Federal Energy Regulatory Commission (FERC), órgão correspondente à Aneel nos

Estados Unidos. Segundo ele, a instituição conta com cerca de 1,4 mil funcionários. Além disso, cada estado tem agências reguladoras próprias. “Estamos desmontando as instituições reguladoras brasileiras e a Aneel não tem condições de fiscalizar um país de dimensões continentais como o Brasil com a estrutura que tem hoje”, enfatizou.

A ausência de fiscalização eficiente tem sido apontada como uma das causas para os recorrentes problemas no fornecimento de energia elétrica, como os registrados em São Paulo. Houve um jogo de empurra entre as autoridades sobre a responsabilidade pelas podas de árvores, apontadas como uma das principais causas da interrupção no fornecimento.

Enquanto a prefeitura alegou que a manutenção da vegetação é tarefa das distribuidoras de energia, as empresas do setor atribuíram ao poder público a obrigação de cuidar das áreas urbanas. A falta de coordenação e fiscalização entre os órgãos envolvidos escancarou uma lacuna na gestão do sistema elétrico em meio a eventos climáticos extremos.

“Esses problemas relacionados à queda das árvores, que compromete o abastecimento de bairros inteiros e deixa milhares de pessoas sem luz, revelam falhas estruturais no sistema”, apontou o engenheiro elétrico. “Situações como essas são evitadas em países com regulação mais rígida, já que a responsabilidade pela organização da rede de distribuição, incluindo a passagem de fios em meio à vegetação, também recai sobre a agência reguladora”, afirmou.

A expectativa, de acordo com D’Araújo, é de que os apagões se repitam no próximo verão: “Uma agência de serviço público tem que estar suficientemente especializada na questão da energia elétrica. Nós estamos muito atrasados. No próximo verão, com certeza, haverá muitos apagões. Pode esperar”.

A solução, segundo ele, passa por agências reguladoras estaduais especializadas, capazes de acompanhar de perto a situação de cada região e garantir a qualidade dos serviços públicos. “A Aneel não é capaz de cobrir as situações do setor elétrico em todos os estados do Brasil. Nos EUA, cada estado tem uma agência reguladora. Nós precisamos construir agências reguladoras estaduais que possam fiscalizar esses serviços”, completou.

Encargos

Para a Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE), o resultado dos cortes no orçamento da Aneel é um enorme prejuízo à população. A entidade destacou que os consumidores já amargam aumentos na conta de luz com a recente derrubada dos “jabutis” — jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta — no PL das eólicas offshore, que prorrogam subsídios.

O Congresso prorrogou por 20 anos os subsídios concedidos para pequenas hidrelétricas

Desmonte

Agência reguladora sofre com bloqueios orçamentários

O orçamento aprovado para a Aneel na Lei Orçamentária Anual 2025 foi de **R\$ 155,64 milhões**, 35% a menos que os **R\$ 239,76 milhões** solicitados pela agência

Orçamento previsto na LOA	Valor bloqueado	Porcentagem	Recursos restantes
R\$ 155,64 milhões	R\$ 38,62 milhões	25%	R\$ 117,01 milhões
Servidores efetivos 552	Funcionários terceirizados 487	Demissões 145 funcionários terceirizados Equivalente a 15% da força de trabalho do órgão	

INTERRUPÇÃO DE SERVIÇOS

Ouvidoria: Interrupção do atendimento humano por meio do telefone e do call center.

Fiscalização: As ações com equipe própria serão reduzidas devido à falta de orçamento para locomoção e estadia.

Horário de funcionamento: A Aneel restringirá seu horário de atendimento ao público a partir de 1º de julho. Ele passará para o período das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira. Antes, o atendimento era de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Fonte: Aneel

Paulo Pinto/Agência Brasil



Apagão na Grande São Paulo em outubro do ano passado deixou 1,6 milhão de pessoas sem energia

e parques de energia de biomassa e de energia eólica que estão sob as regras do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A medida deve impor um incremento de 3,5% na conta de luz e custo

adicional de R\$ 7,8 bilhões ao ano pelos próximos 25 anos, de acordo com as projeções da entidade. “O corte no orçamento anual da Aneel equivale a menos de 0,5% do custo anual dos jabutis aprovados com tanto empenho três semanas depois, no dia 18

de junho. Dois pesos, duas medidas”, comentou a FNCE.

As empresas de energia elétrica em todo o Brasil pagam a Taxa de Fiscalização pelo Serviço de Energia Elétrica (TFSEE), correspondente a 0,4% do valor do benefício econômico

anual. Somente em 2024, essa taxa totalizou arrecadação de R\$ 1,25 bilhão, e a receita prevista em 2025 é de R\$ 1,35 bilhão, montante 11 vezes maior que os recursos previstos para a Aneel neste ano.

Segundo o professor de engenharia elétrica Ivan Camargo, da Universidade de Brasília (UnB), a situação é grave ao diminuir a capacidade de trabalho da agência. No entanto, mais grave ainda é o controle e o contingenciamento do orçamento. “A agência foi criada por lei com um orçamento enorme, descontado dos consumidores na sua conta. Esse orçamento foi designado em sua criação justamente para que ela tivesse liberdade e independência, principalmente em relação ao governo”, destacou o engenheiro.

A dependência da agência do governo, segundo Camargo, também trará uma perda de confiança para investidores, impactando contratos futuros no setor de energia elétrica. “A agência reguladora que ajusta, regula contratos entre os privados, empresas privadas, o governo e o consumidor, ela tem que ser independente, independente das três. O contingenciamento de verbas faz com que a agência fique muito dependente do governo, portanto, com a tendência de ser capturada pelo Executivo”, avaliou.

Diretorias em aberto

Soma-se a esse cenário, a situação atual da diretoria colegiada da Aneel, com duas vagas sem nomeação, uma delas em aberto desde maio de 2024. Ao todo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Senado, no fim do ano passado, a indicação de 14 diretores para oito agências reguladoras federais.

O impasse na votação de indicações está relacionado à disputa política sobre o controle das entidades, que regulam setores importantes da economia. “Em um contexto tão crítico pelo qual passa o setor elétrico e diante da situação desafiadora da agência, Ministério de Minas e Energia (MME) e Senado travam uma disputa improdutiva por indicações políticas destinadas a esses postos, enquanto o corpo técnico do órgão vai sendo cada vez mais sobrecarregado e a população fica cada vez mais insatisfeita”, destacou a FNCE.

Para a frente, esse cenário tem levado a governança do setor elétrico a dar mais um passo para trás. “Com tantos problemas, retirar recursos da fiscalização e reduzir a já insuficiente estrutura de regulação são medidas que encurtam o caminho para o colapso do sistema energético brasileiro, já à vista no horizonte.”

A crise acontece, ainda, no momento em que o Congresso discute um projeto de reforma do setor elétrico. Especialistas alertam que qualquer regulação aprovada pelo Legislativo pode enfrentar dificuldades de implementação diante da situação da agência reguladora.

Setor enfrenta escassez de engenheiros

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

São Paulo — Em meio ao processo de transformações tecnológicas e regulatórias, o setor energético também enfrenta desafios na mão de obra. De acordo com especialistas na área, faltam engenheiros dispostos a seguir carreira em empresas da área.

“Existe um gargalo de mão de obra no setor elétrico, que é a falta de profissionais mais técnicos e mais operacionais”, apontou Aldemir Drummond, diretor da Imagine Brasil e professor da Fundação Dom Cabral.

Segundo Dorel Ramos, professor de engenharia elétrica na Universidade de São Paulo (USP), 40% dos calouros dos cursos de engenharia não se formavam na área. “Muitos (alunos) saem no meio do curso para trabalhar no mercado financeiro ou com alguma outra coisa que nada tem a ver com engenharia”, comentou Dorel, explicando que, no

curto prazo, uma atuação no mundo das finanças pode ser “mais atraente em termos salariais”. A área de engenharia, completou Aldemir, requer “muitos anos de experiência” para uma ascensão salarial.

Em média, o salário inicial de um engenheiro eletricitista gira em torno de R\$ 3 mil a R\$ 6 mil por mês, de acordo com o site Glassdoor — aplicativo em que funcionários e ex-funcionários podem dar, anonimamente, informações sobre salários ofertados por empresas. Já os salários iniciais para cargos no mercado financeiro (como operadores de bancos, assets e corretoras de investimento) pode variar entre R\$ 8 mil e R\$ 9 mil mensais, mais acréscimos por desempenho profissional, segundo a mesma fonte.

Para Dorel, além das questões salariais e de crescimento de carreira, a desistência em concluir o curso de engenharia pode ocorrer

também devido a uma certa “dificuldade” na área. “Há pessoas que têm dificuldade de completar um curso de engenharia. Tradicionalmente, a engenharia é um curso que exige uma dedicação maior”, ponderou o professor da USP.

A falta de engenheiros no mercado impacta diretamente áreas cruciais, como a expansão da infraestrutura e o avanço tecnológico. De acordo com uma pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), divulgada no primeiro trimestre deste ano, a formação de novos engenheiros apresenta um déficit estimado de 75 mil profissionais.

A lacuna revela os desafios estruturais e educacionais que limitam o ingresso e a permanência de jovens em cursos de engenharia. De acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), o Brasil forma cerca de 40 mil engenheiros anualmente, ao passo

que países do Brics, como Rússia e China, formam mais de 450 mil engenheiros no mesmo período.

Qualificação

Em meio à demanda por engenheiros e sobretudo por profissionais qualificados para atuar no setor elétrico, a Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) lançou este mês uma plataforma para auxiliar na qualificação de profissionais da área. Intitulada CCEE Academy, a plataforma promete ser um “hub de conhecimento”.

Na avaliação do presidente do Conselho de Administração da CCEE, Alexandre Ramos, a plataforma condensará todos os cursos e orientações voltados a profissionais de energia elétrica. “Trata-se da materialização de um trabalho que já realizamos há muitos anos. Essa experiência foi transformada em uma iniciativa com visão de

futuro, que responde às novas demandas do setor e reforça o nosso importante papel como referência na formação de talentos, no fortalecimento do mercado e na geração de valor para toda a sociedade”, frisou o executivo.

A CCEE Academy oferece cursos de especialização em parceria com instituições como a USP, além de colaborações com a Fundação Dom Cabral e o Insper. Também são disponibilizados cursos especializados em gestão, liderança e com foco prático como treinamentos e programas de certificação para operadores de mercado de energia. Todos os cursos, de acordo com a CCEE, são aplicados à dinâmica do setor elétrico brasileiro, em aulas que representam uma porta de entrada para a formação profissional de alto desempenho.

***O repórter viajou a convite da CCEE**



Existe um gargalo de mão de obra no setor elétrico, que é a falta de profissionais mais técnicos e mais operacionais”

Aldemir Drummond, professor da Fundação Dom Cabral